

Caderno de Encargos (Aquisição de Serviços)

Processo n.º 2025/DGFCP/0289

**Aquisição de Serviços Especializados para o
Desenvolvimento de um Plano de Conservação Preventiva
e Preditiva (PCPP)**

Conteúdo

PARTE I	Cláusulas Jurídicas.....	4
Capítulo I	Disposições Iniciais	4
Cláusula 1ª	Objeto.....	4
Cláusula 2ª	Contrato.....	4
Cláusula 3ª	Preço base.....	5
Cláusula 4ª	Prazo contratual.....	6
Cláusula 5ª	Dotação orçamental.....	6
Cláusula 6ª	Condições de faturação e pagamento.....	6
Capítulo II	Obrigações das Partes.....	7
Secção I	Obrigações da entidade adjudicante.....	7
Cláusula 7ª	Obrigações principais da entidade adjudicante (CCDR Alentejo, I.P.)	7
Cláusula 8ª	Preço contratual.....	7
Secção II	Obrigações do adjudicatário.....	7
Cláusula 9ª	Obrigações principais do adjudicatário.....	7
Secção III	Obrigações transversais	9
Cláusula 10ª	Dever de sigilo	9
Cláusula 11ª	Regulamento de Proteção de Dados	9
Capítulo III	Acompanhamento e fiscalização da execução do contrato.....	11
Cláusula 12ª	Acompanhamento e fiscalização do contrato	11
Capítulo IV	Penalidades, Modificações e Resolução	11
Cláusula 13ª	Penalidades	11
Cláusula 14ª	Força maior.....	12
Cláusula 15ª	Suspensão da execução.....	13
Cláusula 16ª	Modificação objetiva do contrato	13
Cláusula 17ª	Resolução por parte da entidade adjudicante.....	14
Cláusula 18ª	Resolução por parte da entidade adjudicatária	14
Capítulo V	Caução, Seguros e Outros Encargos	15
Cláusula 19ª	Caução.....	15
Cláusula 20ª	Seguros.....	15
Cláusula 21ª	Propriedade intelectual.....	15
Capítulo VI	Disposições Finais.....	15

Cláusula 22ª	Subcontratação e cessão da posição contratual.....	15
Cláusula 23ª	Comunicações e notificações.....	16
Cláusula 24ª	Contagem de prazos	16
Cláusula 25ª	Foro competente.....	17
Cláusula 26ª	Legislação aplicável.....	17
Cláusula 27ª	Fiscalização prévia do Tribunal de Contas	17
PARTE II	Cláusulas Técnicas.....	18
Cláusula 28ª	Especificações técnicas	18

PARTE I | Cláusulas Jurídicas

Capítulo I | Disposições Iniciais

Cláusula 1ª | Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas do contrato a celebrar no âmbito do procedimento para a adjudicação da **Aquisição de Serviços Especializados para o Desenvolvimento de um Plano de Conservação Preventiva e Preditiva (PCPP)**, no âmbito do Projeto HEPRESTONE, Operação 0274_HEPRESTONE_E_, de acordo com o disposto nas cláusulas técnicas.
2. Ao objeto do presente contrato aplicam-se os CPV abaixo descritos, a que se refere o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, L 74 em 15 de março de 2008:
 - a. CPV 92500000-6 | Serviços de bibliotecas, arquivos e museus e outros serviços culturais.

Cláusula 2ª | Contrato

1. O contrato a celebrar será reduzido a escrito, nos termos do artigo 94.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as atualizações em vigor, sem prejuízo do disposto no artigo 95.º do referido diploma.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a. Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c. O presente caderno de encargos;
 - d. A proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pela entidade adjudicatária;
 - f. Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no caderno de encargos.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pela entidade adjudicatária nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.
5. Quando a redução do contrato a escrito não seja exigida ou venha a ser dispensada, nos termos previstos no artigo 95.º do CCP, entende-se que o contrato resultará da conjugação do caderno de encargos com a proposta adjudicada, não se podendo, porém, dar início a qualquer aspeto da sua execução antes de decorrido o prazo de 10 dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 95.º do CCP, e, em qualquer caso, nunca antes da apresentação de todos os documentos de habilitação exigidos, da comprovação da prestação da caução, quando esta for devida, e da confirmação dos compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP.
6. Os ajustamentos propostos pela **Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, I.P.**, doravante designada por **CCDR Alentejo I.P.**, nos termos previstos no Artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo fornecedor nos termos previstos no Artigo 101.º do mesmo código, prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 1 da presente cláusula.

Cláusula 3ª | Preço base

1. A entidade adjudicante, pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, nos termos e efeitos do disposto no artigo 47.º do CCP, pagará o valor resultante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, o valor máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar à entidade adjudicatária (preço base) é de **18.000,00 € (dezoito mil euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de transporte e os encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 4ª | Prazo contratual

1. O contrato mantém-se em vigor até à entrega dos serviços à entidade adjudicante, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. Os serviços objeto do contrato devem ser entregues no prazo máximo de **60 (sessenta)** dias, contados a partir do dia seguinte à data de outorga do contrato.

Cláusula 5ª | Dotação orçamental

1. O resultante da proposta adjudicada (preço contratual) será distribuído por ano económico conforme abaixo especificado:
 - a. Ano económico 2025: **18.000,00€**;
2. A importância fixada para cada ano económico será acrescida do saldo que se apurar na execução orçamental do ano anterior.

Cláusula 6ª | Condições de faturação e pagamento

1. As quantias devidas à entidade adjudicatária serão pagas no prazo máximo de 30 dias após a receção das respetivas faturas, que só poderão ser emitidas com o vencimento da obrigação a que se referem.
2. Para efeitos do número anterior, as obrigações consideram-se vencidas com a aceitação dos serviços pela entidade adjudicante.
3. A faturação referente ao presente contrato deve ser, **obrigatoriamente**, remetida por um e só um dos canais abaixo descritos:
 - a. Faturação Eletrónica por EDI: Portal da Fatura Eletrónica na Administração Pública - FE-AP
 - b. Faturação Digital (fatura simples em PDF): faturas@ccdr-a.gov.pt
4. A entidade adjudicante reserva-se ao direito de não reconhecer a obrigação pelo não cumprimento dos canais anteriormente definidos.
5. A entidade adjudicante procederá à validação dos valores faturados, reservando-se o direito de, em caso de discordância, solicitar ao adjudicatário os esclarecimentos que entender por convenientes ou a respetiva correção.
6. Além do número de compromisso, todas as faturas deverão obrigatoriamente detalhar os serviços adjudicados e, consecutivamente, faturados.

7. Observado o disposto nos números anteriores, as faturas serão pagas por transferência bancária para o IBAN (International Bank Account Number) a indicar pelo adjudicatário.
8. Qualquer alteração concernente à identificação bancária da entidade adjudicatária deverá ser comunicada de imediato à entidade adjudicante, não se responsabilizando esta por quaisquer danos decorrentes da inobservância desta obrigação.

Capítulo II | Obrigações das Partes

Secção I | Obrigações da entidade adjudicante

Cláusula 7ª | Obrigações principais da entidade adjudicante (CCDR Alentejo, I.P.)

São obrigações da entidade adjudicante:

- a. Promover o acesso e comunicabilidade necessários à boa execução do serviço, prestando todas as informações necessárias para o efeito;
- b. Prestar diretamente os necessários esclarecimentos à entidade adjudicatária;
- c. Pagar os serviços contratados, sempre que efetivamente prestados e devidamente validados nos termos previstos no presente caderno de encargos.

Cláusula 8ª | Preço contratual

1. Pelo fornecimento dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a CCDR Alentejo, I.P. deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à CCDR Alentejo, I.P., incluindo despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Secção II | Obrigações do adjudicatário

Cláusula 9ª | Obrigações principais do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras previstas na legislação aplicável, decorrem para o adjudicatário, com a celebração do contrato, as seguintes obrigações:

- a. Fornecer os serviços objeto do contrato de acordo com as respetivas especificações técnicas e demais legislação em vigor, tendo em vista o cumprimento das finalidades principais e acessórias do contrato e do legítimo interesse da entidade adjudicante na celebração do mesmo;
 - b. Cumprir todas as normas legais e regulamentares aplicáveis à atividade correspondente à execução do contrato, assim como todas as orientações técnicas emitidas por quaisquer autoridades administrativas, devendo ser detentora de todas as licenças e autorizações para a prossecução da sua atividade;
 - c. Cumprir todas as orientações da entidade adjudicante, emanadas no quadro do desenvolvimento da relação contratual e em respeito pelo disposto na lei, que sejam necessárias à execução do contrato do modo mais conveniente ao interesse público, incluindo as que não revistam a natureza de ato administrativo;
 - d. Ser detentora de todas as licenças, marcas ou patentes, ou dos direitos necessários a elas relativos, para o fornecimento dos serviços contratados;
 - e. Assegurar a inexistência de situações de incompatibilidade ou de conflito de interesses, designadamente no que se refere ao pessoal encarregue pela execução do contrato;
 - f. Guardar sigilo sobre qualquer informação e documentação, de qualquer natureza, relativa à entidade adjudicante ou a terceiro, à qual venha a ter acesso em virtude da execução do contrato, não podendo proceder à sua divulgação ou transmissão a terceiro, exceto se por força de lei ou se no cumprimento de ordem judicial ou administrativa, sendo esta obrigação diretamente extensível a quaisquer agentes, trabalhadores ou colaboradores;
 - g. Recorrer a todos os meios humanos, materiais e técnicos que sejam necessários e adequados à realização integral do objeto do contrato;
 - h. Manter registos completos e fiáveis dos serviços fornecidos, devendo disponibilizá-los, dentro de um prazo razoável, à entidade adjudicante sempre que esta os solicite;
 - i. Identificar o ponto de contacto no âmbito da execução do contrato.
2. A entidade adjudicatária é responsável por todos os atos e omissões, no âmbito das suas obrigações contratuais, dos quais resultem prejuízos para a entidade adjudicante ou para terceiros, incluindo os decorrentes de ação ou omissão dos seus trabalhadores ou colaboradores, independentemente do vínculo que estes com ele possuam.

Secção III | Obrigações transversais

Cláusula 10ª | Dever de sigilo

1. A entidade adjudicatária deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante e de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. Exclui-se do dever de sigilo a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da obtenção pela entidade adjudicatária ou que esta seja obrigada a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de entidades administrativas competentes.
3. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
4. A entidade adjudicatária deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.
5. A obrigação de sigilo prevista no presente artigo é extensível aos agentes, funcionários, colaboradores da entidade adjudicatária ou terceiros que as mesmas envolvam, respondendo a entidade adjudicatária solidariamente perante a entidade adjudicante em caso de incumprimento da presente obrigação.

Cláusula 11ª | Regulamento de Proteção de Dados

1. A atividade desenvolvida pelo adjudicatário e respetivos técnicos, independentemente da natureza da relação contratual, encontra-se sujeita à aplicação do Regulamento (UE) n.º 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), que revoga a Diretiva n.º 95/46/CE, do Parlamento e do Conselho, de 24 de outubro de 1995, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.
2. Com a celebração do contrato, o adjudicatário assume a qualidade de subcontratante no que diz respeito ao tratamento dos dados pessoais objeto do contrato, em que a entidade adjudicatária assuma a qualidade de entidade responsável pelo tratamento.

3. A entidade adjudicatária obriga-se, ainda, enquanto subcontratante, ao cumprimento de todos os deveres e obrigações que impendem sobre a entidade adjudicante, enquanto entidade responsável pelo tratamento de dados pessoais objeto do contrato, comprometendo-se designadamente a:
 - a. Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe tenham sido transmitidos pela entidade adjudicante, única e exclusivamente para efeitos da prestação de serviços objeto do contrato;
 - b. Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso, ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante sem que, tenha sido por esta, expressamente instruído por escrito;
 - c. Comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa, ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
 - d. Assegurar que os trabalhadores temporários e os seus colaboradores (incluindo representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido com o cocontratante e o referido colaborador) cumprem todas as obrigações previstas na presente cláusula;
 - e. Assegurar a confidencialidade dos dados pessoais recolhidos, sem prejuízo de respeito com obrigações legais, nomeadamente a entidades policiais, judiciais, fiscais e reguladoras;
 - f. Colaborar com o DPO (*Data Protection Officer* – Encarregado de Proteção de Dados) da entidade adjudicante, facultando todas as informações e esclarecimentos que este vier a solicitar no âmbito das suas funções;
 - g. O adjudicatário garante que, findo o contrato, os dados pessoais por si tratados, na qualidade de subcontratante, são integralmente destruídos, mantendo-se também o sigilo mesmo após a cessação do contrato, independentemente do motivo pelo qual ocorra.
4. As partes ficam desde já autorizadas a comunicar o conteúdo do contrato, bem como os elementos com ele relacionados, à Comissão Nacional de Proteção de Dados.
5. Em observância pelo Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, os currículos e/ou outros documentos nos quais constem dados pessoais, deverão vir acompanhados do consentimento expresso dos seus titulares, para que a Entidade adjudicante, no âmbito exclusivo do procedimento de contratação pública em apreço, fique habilitada para o tratamento desses dados.

6. Uma vez atingida a finalidade prevista do número anterior, incluindo monitorização do contrato e auditorias decorrentes do procedimento, os dados pessoais serão eliminados, no respeito pelo Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.
7. Quaisquer questões poderão ser remetidas para o correio eletrónico do encarregado de proteção de dados da entidade adjudicante (epd@ccdr-a.gov.pt), sem prejuízo do direito de as apresentar também à entidade reguladora, a Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Capítulo III | Acompanhamento e fiscalização da execução do contrato

Cláusula 12ª | Acompanhamento e fiscalização do contrato

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pelo contraente, que deve garantir as condições necessárias à sua boa execução em termos de cumprimento da metodologia proposta e nos prazos previstos, através da facilitação de contactos com os stakeholders e da disponibilização da informação.
2. O gestor poderá promover reuniões com o adjudicatário, quer para a análise do cumprimento do contrato, quer para disponibilizar os esclarecimentos ou as orientações que se considerem adequadas.
3. Caso o gestor do contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, determina ao adjudicatário que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o adjudicatário de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

Capítulo IV | Penalidades, Modificações e Resolução

Cláusula 13ª | Penalidades

1. Nos termos previstos no presente caderno de encargos, pelo incumprimento, cumprimento defeituoso ou mora no cumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir da entidade adjudicatária o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a. Pelo incumprimento dos serviços objeto do contrato, aplicar uma multa contratual diária de 0,5% do preço contratual sem, contudo, e na sua globalidade, poder vir a exceder 20% do preço contratual.
 - b. Nos casos em que seja atingido o limite previsto na alínea anterior e a CCDR Alentejo, I.P. decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
 - c. Para efeitos dos limites previstos nas alíneas a) e b), quando o contrato previr prorrogações expressas ou tácitas, o valor das sanções a aplicar deve ter por referência o preço do seu período de vigência inicial.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa da entidade adjudicatária e as consequências do incumprimento.
 3. A sanção aplicada será descontada na fatura imediatamente seguinte ao facto que a originou ou, caso tal não seja possível, será emitida nota de crédito.
 4. O valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.
 5. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e a entidade adjudicante decida não proceder à resolução do contrato, por ela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
 6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 14ª | Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades à entidade adjudicatária, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fossem razoavelmente exigíveis contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:

- a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
 - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c. Determinações governamentais, administrativas, judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres e ónus que sobre ele recaiam;
 - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
 - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
 - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
 5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 15ª / Suspensão da execução

1. O contrato poderá ser suspenso por acordo entre as partes, por prazo não superior a 120 dias.
2. Em caso de suspensão do fornecimento não haverá lugar a indemnização às partes.
3. A suspensão, sempre que possível, deverá ser comunicada com uma antecedência mínima de 10 dias úteis.

Cláusula 16ª / Modificação objetiva do contrato

1. O contrato pode ser modificado nos termos dos artigos 311º a 313º do Código dos Contratos Públicos.
2. Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.

3. A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 5 (cinco) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração.
4. A alteração do contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

Cláusula 17ª | Resolução por parte da entidade adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de a entidade adjudicatária violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, nomeadamente incumprimento das cláusulas técnicas do presente caderno de encargos.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada à entidade adjudicatária.
3. O incumprimento, por parte do adjudicatário, confere, nos termos gerais de direito, à entidade adjudicante, além da faculdade de rescindir o contrato, o direito às correspondentes indemnizações legais.
4. Nos casos de resolução sancionatória, havendo lugar a responsabilidade do cocontratante, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo do contraente público poder executar as garantias prestadas pelo cocontratante, quando aplicável.
5. A resolução do contrato é comunicada nos termos do Código de Procedimento Administrativo (CPA).

Cláusula 18ª | Resolução por parte da entidade adjudicatária

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a entidade adjudicatária pode resolver o contrato quando:
 - a. Qualquer montante que lhe seja devido e esteja em dívida há mais de 3 (três) meses;
 - b. O montante em dívida exceda 50% do preço contratual, excluindo juros.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial.
3. Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas de juros de mora a que houver lugar.

4. A resolução do contrato nos termos anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pela entidade adjudicatária, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo V | Caução, Seguros e Outros Encargos

Cláusula 19ª | Caução

A liberação da caução, quando existente, será efetuada pela entidade adjudicante nos termos do disposto no artigo 295.º do CCP.

Cláusula 20ª | Seguros

1. São da exclusiva responsabilidade do adjudicatário todas as obrigações relativas ao pessoal utilizado no fornecimento dos serviços, assim como, o cumprimento de toda a legislação aplicável, nomeadamente, aquela relativa à celebração de seguros de acidentes de trabalho, ao cumprimento do horário de trabalho e à contratação de trabalhadores imigrantes, bem como a legislação relativa à celebração de seguros de responsabilidade civil.
2. A entidade adjudicante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo a entidade adjudicatária fornecê-la no prazo de 5 dias úteis.

Cláusula 21ª | Propriedade intelectual

1. São da responsabilidade da entidade adjudicatária quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, a entidade adjudicatária indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Capítulo VI | Disposições Finais

Cláusula 22ª | Subcontratação e cessão da posição contratual

1. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da entidade adjudicante.

2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento.
3. A entidade adjudicante apreciará, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações de impedimento previstas no artigo 55.º do CCP.
4. O disposto nos números anteriores não é aplicável em caso de transmissão universal ou parcial da posição do cocontratante, na sequência de reestruturação societária, nos termos previstos na alínea a), n.º 1 do artigo 318.º do CCP.

Cláusula 23ª / Comunicações e notificações

1. Quaisquer comunicações ou notificações entre as partes do contrato são efetuadas primordialmente através do endereço de correio eletrónico **geral@ccdr-a.gov.pt** (ou outro a indicar oportunamente pela entidade adjudicante), com aviso de entrega.
2. As comunicações ou notificações feitas por carta registada com aviso de receção, consideram-se recebidas na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
3. As comunicações ou notificações feitas por correio eletrónico consideram-se recebidas na data constante na respetiva comunicação de receção transmitida pelo recetor para o emissor.
4. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte nos termos dos números anteriores.

Cláusula 24ª / Contagem de prazos

1. À contagem de prazos na fase de execução do contrato são aplicáveis as seguintes regras:
 - a. Não se inclui na contagem do prazo o dia em que ocorrer o evento a partir do qual o mesmo começa a correr;
 - b. Os prazos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados;
 - c. O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 horas do dia que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data, mas se no último mês não existir dia correspondente, o prazo finda no último dia desse mês;
 - d. O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato, não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o primeiro dia útil seguinte.

Cláusula 25ª | Foro competente

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 26ª | Legislação aplicável

Em tudo o que o presente caderno de encargos for omissivo observar-se-á o disposto no código dos contratos públicos e demais legislação aplicável e, em qualquer caso, sempre a lei portuguesa.

Cláusula 27ª | Fiscalização prévia do Tribunal de Contas

Sendo o preço base do contrato inferior ao limite de 750.000,00€, o mesmo encontra-se dispensado de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do n.º 1 do artigo 48.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.

PARTE II | Cláusulas Técnicas

Cláusula 28ª | Especificações técnicas

1. Com o objetivo de estabelecer uma estratégia de conservação tendo por base metodologias de análise documental e avaliação de riscos que assegurem a preservação a longo prazo do Núcleo Museológico da Casa Nobre da Rua de Burgos - Muralha (Fundação do sec. III, Torreão e Domus), em Évora, define-se a seguinte descrição técnica dos bens/serviços a prestar:
 - a. **Recolha Documental (RD)/Metodologia de Recolha Documental.** O prestador de serviços deverá desenvolver e implementar uma metodologia que permita a recolha organizada, concisa e exaustiva de toda a documentação técnica relevante para o Núcleo Museológico da Casa Nobre da Rua de Burgos- Muralha (Fundação do sec. III, Torreão e Domus). Esta metodologia deve incluir:
 - i. Análise do Ambiente: Avaliação das condições ambientais atuais, incluindo temperatura e humidade, ou a análise de dados ambientais disponíveis.
 - ii. Análise do Bem Cultural: Levantamento de patologias existentes, incluindo diagnósticos específicos fornecidos pela Universidade de Évora, documentação de reparações realizadas e análise do histórico de intervenções. O prestador deverá realizar uma revisão completa de toda a documentação histórica disponível.
 - iii. Instituição Gestora: Identificação e descrição das entidades e técnicos envolvidos em intervenções passadas, incluindo a revisão de relatórios e outras documentações técnicas.
 - iv. Análise Funcional da Instituição Gestora e do Bem Cultural: Avaliação funcional que abranja o número de visitantes, práticas de musealização e outras informações relevantes sobre a sua gestão.
 - v. Entrega de Relatório RD: No final da recolha documental, deverá ser entregue um relatório detalhado contendo todos os dados recolhidos, assim como uma análise inicial das condições atuais do bem cultural.
 - b. **Análise de Riscos (AR)/Metodologia de Análise de Riscos.** O prestador deverá desenvolver uma metodologia de identificação e avaliação de riscos, com base na norma ISO 31000 para gestão de riscos, do Núcleo Museológico da Casa Nobre da Rua de Burgos- Muralha (Fundação do sec. III, Torreão e Domus) que inclua:
 - i. Integração dos Resultados do relatório da Recolha Documental: Consideração dos dados e análises resultantes das atividades de recolha documental, de modo a assegurar uma avaliação abrangente dos riscos.

- ii. Análise de Riscos Analítica: Identificação e análise de possíveis riscos de forma sistemática e analítica, abordando fatores como degradação material, ações climáticas e potenciais riscos estruturais.
- iii. Estudos de Campo In Situ: Realização de visitas e avaliações no local para complementar a análise analítica.

Estes estudos deverão ser realizados por equipas com experiência específica na análise e conservação de património cultural, considerando as características físicas e o estado de conservação.

- iv. Entrega de Relatório AR: No final da Análise de Riscos, o prestador deverá entregar um relatório compreensivo que contenha:
 - a. Identificação dos principais riscos e respetivas probabilidades e impactos estimados.
 - b. Propostas de mitigação e recomendações para ações preventivas.
 - c. Cronograma para implementação das medidas de mitigação, com prioridades baseadas na criticidade dos riscos identificados.

2. Perfil técnico dos recursos a afetar aos serviços a contratar:

- a. Qualificação e Experiência no desenvolvimento dos trabalhos a executar. O responsável da equipa de projeto deve ter experiência, no mínimo de 10 anos, em projetos de monitorização de monumentos e sítios arqueológicos e não poderá preencher os requisitos dos restantes elementos da equipa submetidos à concorrência;
- b. A estrutura da equipa do projeto a afetar ao contrato deve conter arqueólogos (experiência mínima de 5 anos); conservador restaurador com especialidade de pintura mural (experiência mínima de 8 anos) e conservador restaurador com especialidade em estruturas arqueológicas (experiência mínima de 8 anos).
- c. A substituição da equipa técnica deve ser sempre previamente autorizada pela entidade adjudicante e cumprir/assegurar a mesma qualificação e experiência da Equipa Inicial.

3. Entregáveis e documentação:

- a. Entrega de Relatório RD. No final da recolha documental, deverá ser entregue um relatório detalhado contendo todos os dados recolhidos, assim como uma análise inicial das condições atuais do bem cultural.
- b. Entrega de Relatório AR. No final da Análise de Riscos, o prestador deverá entregar um relatório compreensivo que contenha:
- c. Identificação dos principais riscos e respetivas probabilidades e impactos estimados.
- d. Propostas de mitigação e recomendações para ações preventivas.

- e. Cronograma para implementação das medidas de mitigação, com prioridades baseadas na criticidade dos riscos identificados.
- 4. Mecanismos formais de acompanhamento:
 - a. Reuniões semanais para verificação das condições do cumprimento do cronograma e evolução da concretização dos entregáveis.